

EDITORIAL

A Revista de Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória marca com este número um processo de transformação positiva que leva ao seu reconhecimento como um importante meio de divulgação das ideias, teses e debates jurídicos contemporâneos. Com passos firmes e direcionados, a Revista se afirma como um espaço de reflexão das teses jurídicas discutidas na academia.

O processo de construção da Revista que se concretiza neste número é digno de nota. O desafio que se coloca para um periódico nas universidades modernas é sem dúvida muito grande. A pergunta que nos fazemos nos espaços de construção do conhecimento, as faculdades e universidades, é: como atender às necessidades de padronização e controle e, ao mesmo tempo, criar conhecimento livre e transformador? A expansão do ensino superior no Brasil (o aumento das vagas nas universidades e faculdades) veio acompanhada de uma preocupação que ocupou o tempo de muitos professores: como ampliar vagas e democratizar o acesso à educação e a possibilidade de produção e construção do conhecimento, mantendo a qualidade? Essa preocupação fez com que muitos profissionais da “educação superior” (nome já um pouco arrogante) debatessem e construíssem mecanismos de controle e padronização. Assim, os cursos de graduação, mestrado e doutorado no Brasil passaram a ser rigorosamente fiscalizados; objetivos e metas foram estabelecidos; normas foram criadas para que o sistema nacional tivesse algum controle sobre abusos representados pela transformação da “educação superior” em simplesmente mais um negócio. Da mesma forma, a preocupação por qualidade representou a criação de um mecanismo de classificação dos periódicos publicados. O sistema ganhou forma e estrutura internacional.

Com toda essa parafernália de “controle”, passamos a ter um certo “controle” sobre o que é produzido, mas, ao mesmo tempo, cria-

mos a ilusão de uma qualidade atrelada a padrões preestabelecidos o que, sem dúvida, não se adapta a um espaço de livre construção do saber, para além dos limites formais normalizadores, padronizadores e, portanto, limitadores do novo, da transformação radical. Seria decorrente da produção livre do saber uma das possibilidades de transformação histórica.

Neste cenário desafiador de respeito aos padrões e ao mesmo tempo buscando o novo, o livre, o desafio, a construção livre do conhecimento é que a Revista de Direitos e Garantias Fundamentais da Faculdade de Direito de Vitória se afirma. Sabemos que a realidade atual requer normas que democratizem a produção do conhecimento ao mesmo tempo em que criem espaços para a produção do radicalmente novo, daquilo que não cabe em nenhum padrão. Não fosse assim: permitir o novo se manifestar contra e sobre os padrões daqueles que dizem o que serve e o que não serve, não haveria sentido termos universidades e faculdades como espaços de produção do conhecimento. Não teria sentido esta Revista se fosse apenas mais um espaço de reprodução do conhecimento adequado. O diferencial desta Revista, e por este motivo estou escrevendo neste espaço, é a produção do conhecimento. Não escreveria em um espaço que apenas se contentasse em reproduzir o que já foi dito milhares de vezes de formas diferentes.

O diferencial desta Revista é, reconhecendo a necessidade de rigor e seriedade, abrir espaços para o novo, o radicalmente novo, aquilo que historicamente sempre foi rejeitado fortemente pelo pensamento majoritário da academia, mas que depois de algum tempo se tornou o pensamento majoritário, que transformou o mundo para, então, ser superado. Este é o nosso desafio: mostrar o que está, o que foi e o que será.

O presente número da Revista traz artigos com importantes reflexões sobre a interdisciplinaridade, desafio contemporâneo que nos permitirá chegar até um conhecimento transdisciplinar; a hermenêutica constitucional e o reconhecimento da vida como interpretação (somos seres interpretativos condenados a nós mesmos); a construção da identidade, um dos grandes debates contemporâneos, desafio que cresce com a crise da modernidade; a redução da vida e do sentimento humano a uma “precificação”, a quantificação de tudo em uma socie-

dade que se perde em números; a depressão decorrente da exploração do trabalho em uma vida que perde o sentido diante da exploração radical da vida (do tempo de cada um), entre outros importantes debates. O tema que este número da Revista apresenta confirma o que viemos dizer: qualidade e rigor combinados com criatividade e busca de transformação e compreensão do novo.

José Luiz Quadros de Magalhães

Doutor em Direito pela Universidade Federal de
Minas Gerais (UFMG)

Professor Titular da Pontifícia Universidade Católica de
Minas Gerais (PUC Minas)